

Para Sarney, não há necessidade de uma Constituinte

Sarney prega amplo debate constitucional

Das sucursais

O presidente do PDS, José Sarney, condenou ontem no Rio a tese oposicionista da convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, mas admitiu a criação de uma comissão, "composta de pessoas das mais representativas do País, entre as quais juristas, que seriam as responsáveis por uma ampla discussão nacional visando a reformulação da Constituição". Sarney chegou a aceitar até mesmo a modificação de dispositivos da Lei de Segurança Nacional, "desde que sejam superados os quadros de violência que os motivaram".

"O Congresso tem poderes e competência para funcionar como Constituinte — argumentou Sarney. Pode e deve fazê-lo. Esta comissão, que efetivamente ouviria todos os segmentos da população, serviria para orientá-lo e mostrar o que pensam todos. Além disso, provocaríamos um amplo debate no País, não sendo necessária a convocação da Constituinte como pretende a oposição, sob a alegação de que nem todas as correntes de opinião estão representadas no Congresso Nacional. Teríamos, com esse debate, várias e importantes sugestões. A Constituinte só tem sentido quando há uma ruptura constitucional, o que não parece ser o caso".

Mesmo que a atual Carta mereça "algumas revisões, não em seu todo como querem, porque alguns artigos são básicos e imutáveis", o mais importante para Sarney é "descobrir quais os pontos que devem ser modificados". Ele admitiu que o atual texto "é originário de um período de exceção, de transição", e destacou: "A reforma da Constituição pode ser profunda e não tem, necessariamente, de ser promovida por um só partido. Deve mesmo ser fruto dessa ampla dis-

cussão, da qual participariam todas as camadas de nossa sociedade".

Quanto à reforma da LSN, Sarney considerou "razoáveis" alguns dispositivos considerados pela oposição como pouco democráticos, utilizados pelo governo em seu benefício. "Quando a lei foi instituída — frisou — tínhamos um quadro de terrorismo latente no País. Foi esse quadro que determinou sua existência. Alguns de seus dispositivos poderão ser modificados, desde que sejam superados os quadros de violência que os motivaram."

Sarney defendeu o diálogo com a oposição por entender que a democracia "é um regime de coresponsabilidade", e concluiu: "Sempre fui favorável a este diálogo, para que possamos governar o País conjuntamente. Se errarmos, estaremos errando juntos, o que é muito importante para a Nação".

SEABRA REJEITA

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Eduardo Seabra Fagundes, rejeitou, também no Rio, a proposta de Sarney de formar uma comissão de juristas para auxiliar na redação e no debate de uma nova Constituição. "Isso jamais poderá substituir um amplo debate nacional — argumentou. A proposta pode ser interessante, mas uma comissão de juristas não pode substituir todo o conteúdo político — que é maior do que o jurídico — que a Constituição possui. Não basta apenas redigir uma boa Constituição, sem se saber exatamente quais são os anseios de todo o País."

Ao defender a convocação de uma Constituinte, "livremente eleita", Seabra comentou: "A Constituição não é uma lei para ser feita entre quatro paredes, trancada em gabinetes por um grupo de técnicos".